

PODER

Proteção infantil é aprovada

Câmara avaliza projeto de combate à adultização de crianças nas redes sociais. Modificado, texto retornará ao Senado

» ISRAEL MEDEIROS

A Câmara aprovou, na noite de ontem, por votação simbólica, o projeto de lei que combate a adultização de crianças nas redes sociais e obriga plataformas a proteger menores de idade nos ambientes digitais. O texto retorna agora ao Senado, porque passou por mudanças.

A urgência do texto já havia sido avalizada na terça-feira, sob protestos de deputados de oposição — eles alegaram que o projeto daria poderes de censura ao governo; também disseram que fariam obstrução à votação do mérito no plenário.

Ontem, no entanto, a situação mudou. O relator da proposta, Jadyel Alencar (Republicanos-PI), acabou — com a bênção do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e em diálogo com a base do governo — uma série de

sugestões feitas pelos partidos de oposição para impedir, segundo disseram os deputados, que o texto fosse usado pelo Executivo para censurar conteúdos de direita nas redes sociais.

“Nós temos a possibilidade de construção de um grande acordo em torno do texto, e eu quero aqui cumprimentar não só os partidos da base aliada, como também os partidos da oposição, o PL principalmente, que fez um esforço para estar também a favor dessa pauta”, disse Motta, no início da sessão.

As negociações continuaram enquanto líderes da base do governo e da oposição negociavam o texto com o relator. Quando um acordo foi anunciado, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), abraçou a defesa do texto e fez um aceno a Motta, com quem tem tido uma relação turbulenta nas últimas semanas.

“Obrigado ao presidente Hugo Motta, que teve a sensibilidade. Presidente Hugo Motta, Vossa Excelência leva hoje para o seu legado essa entrega, que, juntos, todos os partidos desta Casa, vamos entregar às nossas crianças e adolescentes”, afirmou.

Uma das principais mudanças foi em trecho que trata da criação de uma autoridade administrativa autônoma para proteger os direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital. O relator alterou o texto para que a criação seja feita por meio de uma lei, e não mais por iniciativa do governo federal, como previa a versão anterior do projeto. Na avaliação da oposição, essa alteração foi essencial para evitar arbitrariedades por parte do Executivo.

“Haverá critério para que se possa aplicar qualquer punição. A agência nacional não será uma autoridade escolhida simplesmente

pelo Executivo, mas uma agência criada por lei”, frisou a deputada Bia Kicis (PL-DF), que representou o PL nas negociações.

Outra modificação foi no trecho que previa a remoção de conteúdos criminosos em redes sociais. Os pedidos de retirada de teor prejudicial agora só poderão ser feitos às plataformas pelas vítimas, por seus representantes, pelo Ministério Público, ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

O texto passou a listar os conteúdos removidos como exploração e abuso sexual, violência física, bullying, assédio, instigação ao suicídio ou a automutilação, além da promoção de produtos para adultos, como tabaco, bebidas alcoólicas e jogos de azar.

Outra mudança, costurada diretamente pelo lobby das big techs, derrubou a obrigatoriedade

de que as plataformas limitassem o acesso de crianças e adolescentes a serviços desenvolvidos para adultos. O relator alegou, com base em argumentos apresentados pela Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp) e pelo Google, que esse trecho lhes “transferia integralmente uma função que, constitucionalmente, deve ser exercida de forma solidária entre Estado, família e sociedade”. Com a mudança, as plataformas terão que permitir que os familiares controlem o acesso dos menores de idade às plataformas. Seguem obrigadas, no entanto, a impedir o acesso a conteúdos inadequados para menores de 18 anos.

A deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) rebateu o argumento apresentado pelas redes sociais. Disse que, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as empresas também são responsáveis pela proteção de meninos e

meninas. “As plataformas e big techs também têm a responsabilidade de garantir que as redes sejam ambientes seguros para as nossas crianças. Mas hoje a realidade não é essa; elas lucram com a condição de vulnerabilidade das crianças e adolescentes porque estimulam e monetizam com adultização, exploração, violência física e sexual contra crianças”, afirmou.

Foram mantidos no texto, que tem 41 artigos, os princípios de proteção a meninos e meninas contra intimidação, abuso ou ameaças e contra a exploração comercial — como o direcionamento de anúncios com base em informações coletadas pelas big techs. As plataformas também seguem obrigadas a prevenir o acesso a conteúdos prejudiciais, como abuso sexual, bullying e promoção de produtos destinados a adultos.

Governo derrotado na CPMI do INSS

» ALÍCIA BERNARDES
» WAL LIMA

O governo amargou derrotas na instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que investigará descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas. O colegiado elegeu o senador Carlos Viana (Podemos-MG) para a presidência. E o parlamentar indicou o deputado Alfredo Gaspar (União-AL), aliado do bolsonarismo, como relator.

A disputa pelos cargos expôs falhas na articulação política do Palácio do Planalto. Viana venceu por 17 votos a 14 o senador Omar Aziz (PSD-AM), nome que contava com o apoio do governo. Aziz chegou a acusar a presidente da sessão, senadora Tereza Cristina (PP-MS), de encerrar a votação antes do prazo, mas a contestação não prosperou. Na prática, a oposição conseguiu virar o jogo, inclusive com apoio de suplentes de partidos que integram a base governista.

Parlamentares da oposição celebraram a vitória como um marco contra o governo. O deputado Maurício Marcon (Podemos-RS) classificou o resultado como “a maior conquista da oposição até agora contra Lula”, enquanto o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) disse confiar que a CPMI revelará “nomes ainda não ventilados” nas investigações.

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) acusou o governo de tentar “abafar” a apuração e prometeu resistir a qualquer manobra. Já a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), autora do requerimento de criação da CPMI, destacou que a vitória não foi apenas contra o governo, mas contra



O governo tentou asfixiar as investigações, mas com uma manobra silenciosa e inteligente, conseguimos assumir o controle para que a CPMI cumpra seu verdadeiro propósito: investigar”

Maurício Marcon (Podemos-RS), deputado



Subestimamos a capacidade de articulação da oposição. Entramos de salto alto e pagamos o preço. Perdemos uma partida, mas o time continua na liderança. Vamos nos reorganizar”

Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso

Saulo Cruz/Agência Senado



O senador Carlos Viana (D) e o deputado Alfredo Gaspar (E) estarão na linha de frente da comissão que pretende investigar fraudes no INSS

as indicações feitas pelos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Motta havia anunciado Ricardo Ayres como relator; já Alcolumbre indicou Aziz para a presidência da comissão.

Do lado governista, o líder no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), fez longa autógrafa. “Foi um resultado desfavorável, e a responsabilidade é minha. Subestimamos a capacidade de articulação da oposição. Entramos de salto alto e pagamos o preço”, disse. Randolfe comparou o episódio a um “apagão” em um campeonato de pontos corridos: “Perdemos uma partida, mas o time continua na liderança. Vamos nos reorganizar”.

Apesar da reviravolta, o senador garantiu que o Executivo não

teme as investigações. Segundo ele, “85% das fraudes ocorreram entre 2017 e 2023, antes do governo Lula”. Randolfe ainda criticou a substituição de titulares por suplentes adversários, mas afirmou que não recorrerá: “Não vamos ficar presos a isso”. Para o líder, a prioridade agora é consolidar a maioria governista dentro do colegiado. “Não aceitaremos que a CPMI seja palco de artificializações de pauta. Queremos que funcione, mas sem distorções dos fatos”, concluiu.

A comissão terá 16 senadores e 16 deputados titulares. O prazo inicial para conclusão dos trabalhos é de 120 dias, com possibilidade de prorrogação até seis meses. O orçamento para as investigações foi estimado em R\$ 200 mil.

Na Câmara, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que

a vitória de Viana e a escolha de Gaspar foram frutos de um trabalho iniciado na noite de terça-feira. “Fui chamado para uma reunião no anexo às 20h30 e, por volta das 21h15, surgiu a ideia de contarmos os votos. Vimos que havia chance de vitória com a composição que tínhamos, junto com algumas articulações feitas ao longo da noite e da madrugada”, contou ao **Correio**. “Trabalhamos até muito tarde, e o resultado veio coroar a oposição — como já deveria ter acontecido desde o início”, acrescentou.

Para o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), a nova configuração da comissão permitirá maior liberdade para a oposição. “A minha posição é que vamos ter mais tranquilidade de apresentar os requerimentos de convocação ou outros documentos que sejam aprovados de

forma tranquila, porque temos um presidente que, mesmo não sendo da oposição, tem um posicionamento mais equilibrado”, disse. “Se tivéssemos um presidente da esquerda, ele não iria aceitar os nossos argumentos, ia inviabilizar nosso trabalho de mostrar para o Brasil as fissuras existentes neste governo”, emendou.

Na mesma linha, o deputado Domingos Sávio (PL-MG), vice-líder da oposição na Câmara, classificou a eleição como uma vitória não apenas da oposição, mas do país. “O Brasil inteiro se sentiu indignado com o roubo cometido por sindicatos, associações, grupos ligados ao governo do PT, roubando dos aposentados. E o que o governo estava tramando? Colocar como presidente da CPMI um líder governista, contrário à investigação”, frisou.

Ameaça à Lei da Ficha Limpa e brecha para voto impresso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o texto-base do novo Código Eleitoral, que prevê a implementação do **voto impresso** e enfraquece a Lei da Ficha Limpa. Foram 20 votos favoráveis e 6 contrários. O projeto, com 877 artigos, ainda precisa ser analisado pelo plenário da Casa até o fim de setembro para valer nas eleições de 2026.

A principal novidade é a adoção do voto impresso, proposta pelo senador Esperidião Amin (PP-SC) e aprovada por 14 votos a 12. Pelo texto, a votação só será concluída após a correspondência entre o que aparece na urna eletrônica e o que é registrado no papel. Esse comprovante será depositado automaticamente em compartimento lacrado, sem contato do eleitor.

O relator Marcelo Castro (MDB-PI) fez alterações para viabilizar a aprovação. Entre elas, a redução da quarentena para agentes da lei, de dois para um ano, e a flexibilização

Inconstitucional

Em 2020, o STF declarou inconstitucional o voto impresso, por colocar em risco o sigilo e a liberdade do eleitor. Na ocasião, os ministros deliberavam sobre trecho da minirreforma eleitoral aprovada em 2015, que também previa a obrigatoriedade de impressão de registros de votos depositados de forma eletrônica na urna.

das regras de desincompatibilização para 2026, permitindo afastamento até 2 de abril. Além disso, foram abrandadas as punições para divulgação de notícias falsas durante o período eleitoral, que passam a variar de dois meses a um ano de

Jefferson Rudy/Agência Senado



A emenda do voto impresso foi apresentada por Esperidião Amin

detenção, além de multa.

Outra mudança significativa está na Lei da Ficha Limpa: o prazo de inelegibilidade de oito anos começará a contar da condenação por órgão colegiado, sem necessidade de cumprimento da pena.

Para Castro, a medida garante maior segurança jurídica aos candidatos.

A bancada feminina conseguiu manter a exigência de 30% de candidaturas de mulheres e a inclusão de reserva mínima de 20% de

cadeiras no Legislativo. O destaque foi apresentado pela senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO). Apesar de críticas sobre a retirada de sanções aos partidos que descumprirem as regras, senadoras, como Eliziane Gama (PSD-MA), defenderam que a reserva de vagas ajudará a ampliar a participação feminina.

O colegiado também aprovou emenda permitindo que candidatos utilizem recursos próprios até o limite de 100% do teto de gastos, proposta pelo senador Jaime Bagattoli (PL-RO). Além disso, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) garantiu que o repasse do Fundo Partidário seja trimestral, com multa de 12,5% em caso de descumprimento.

A oposição conseguiu retirar do texto expressões que restringiam conteúdos críticos ao processo eleitoral. Para o líder Rogério Marinho (PL-RN), a mudança assegura maior liberdade de expressão durante a campanha. **(AB)**

Saiba mais

Acusações sem provas

Na justificativa da emenda, o senador Esperidião Amin (PP-SC), disse que “a medida proposta por fim, portanto, a todas as dúvidas e questionamentos por tantos anos latentes em nossa sociedade acerca da vulnerabilidade do sistema eletrônico e da transparência, integridade e autenticidade do processo eleitoral”.

As diversas acusações sem provas de que o sistema eleitoral brasileiro é passível de fraudes são encampadas pelos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), antes mesmo de ele disputar a reeleição e perder, em 2022. Os argumentos pavimentaram caminho para justificar um golpe de Estado frustrado que se desenhou nos meses seguintes ao pleito, conforme denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pelo qual Bolsonaro é réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF).